



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

03 e 04 de março de 2018

**Diário Catarinense e A Notícia
Contracapa e Versar**
"Por elas e para elas"

Por elas e para elas / Cauane Maia / Cores de Aidê / Gênero / Direitos / Mulheres / Santa Catarina / Emancipação feminina / Semana da Mulher / Dia da Mulher / 8 de março / Fabrícia de Souza Felipe / Ilha de Santa Catarina / Associação Nacional de Travestis e Transexuais / Antra / Lirous Fonseca Ávila / Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade / Adeh / LGBT / Raça / Florianópolis / Racismo / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Negro 4P / Miriam Pillar Grossi / Fazendo Gênero / Mundo de Mulheres / Lei Maria da Penha / Papo Sério / Concurso de Cartazes LGBT / Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades b/ Nigs / Instituto de Estudos de Gênero / Sílvia Folster / Gabriela Zanella



3 E 4 DE MARÇO DE 2018

versar

SORORIDADE

ASSIM COMO CAUANE
MAIA, OUTRAS MULHERES
EM SANTA CATARINA TÊM
TRABALHADO PARA A
EMANCIPAÇÃO FEMININA
EM DIVERSAS ÁREAS



CAPA

POR ELAS E PARA ELAS

ABRIMOS A SEMANA DA MULHER FALANDO DE SORORIDADE, UM CONCEITO QUE RESUME A ALIANÇA FEMININA EM PROL DOS DIREITOS DO GÊNERO

TEXTO GABRIELE DUARTE | gabrielle.duarte@somosnsc.com.br

FOTOS DIORGENES PANDINI

As mulheres, em geral, são socializadas para competir umas com as outras, desde a escola, como quando as meninas brigam para atrair a atenção de um menino, até a vida adulta, quando uma julga ou prejudica a outra no ambiente de trabalho para se sair melhor com o chefe. Porém, o movimento de mulheres trouxe um conceito que, se aplicado diariamente, pode mudar esse contexto de rivalidade entre elas em prol de reivindicações próprias. Trata-se da sororidade, um neologismo capaz de expressar a união e a aliança entre pessoas do gênero feminino em várias dimensões da vida.

A origem da palavra está no latim *sóror*, que significa "irmãs". O termo pode ser considerado a versão feminina da fraternidade, que se originou a partir do prefixo *frater*, que quer dizer "irmão". Na semana em que é lembrado o Dia da Mulher, em 8 de março, a Versar conta a história de cinco personagens que aplicam a tal sororidade de alguma forma no dia a dia em Santa Catarina. Trabalham em rede, se inspiram em outras mulheres e trabalham para elas. Conheça as histórias de Fabrízia, Gabriela, Cauane, Miriam e Sílvia.

FABRÍZIA DE SOUZA FELIPE



FABRÍZIA DE SOUZA FELIPE

Assim que completou a maioridade, Fabrízia de Souza Felipe, 34 anos, passou a caprichar no figurino para sair à noite. Deixou de lado a calça jeans, a camiseta e o tênis para investir no combo vestido e salto alto. Sentiu-se tão confortável a ponto de não querer mais usar as roupas masculinas. Foi assim que se descobriu mulher, como ela mesma conta.

– Ah, eu me sentia. Me encontrava mais dessa forma – resume.

Fabrízia é daquelas manezinhas da Ilha de Santa Catarina que, tão logo afirma ser nativa de Florianópolis, acrescenta que nasceu na Carmela Dutra em vez da Carlos Corrêa, únicas maternidades disponíveis na Capital até 1995. Cresceu não tão longe dali, na Serrinha, no seio de uma família humilde que soube compreender a transgeneridade da mulher, que tem dois irmãos. Ela não encontrou a mesma aceitação no salão de beleza em que chegou a trabalhar como auxiliar e recepcionista.

Assim como três quartos da população trans no Estado, que não encontra emprego devido ao preconceito, Fabrízia conheceu a informalidade no mercado de trabalho depois da transição de gênero. Acabou prostituindo-se aos 22 anos, inicialmente em Criciúma, passando por Joinville, Rio Grande do Sul e, depois, na Europa. Depois das experiências positivas na Suíça e na Itália, voltou em 2011 determinada a mudar a realidade no país em que nasceu, onde uma pessoa trans é assassinada a cada dois dias, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

– Lá as mulheres trans são muito respeitadas, tratadas como *ladies* mesmo. Isso me inspirou a voltar para mostrar às meninas daqui que existem outras formas de trabalho – detalha.

Ao lado de Lirous Fonseca Ávila, Fabrízia é responsável pela Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (Adeh), uma organização não-governamental que acolhe a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero (LGBT) em Florianópolis. Dentre outros serviços, são oferecidos cursos técnicos e profissionalizantes.

– O que me inspira a continuar lutando por outras mulheres, especialmente as trans, é o meu sonho – conta Fabrízia.



MIRIAM PILLAR GROSSI

Prstes a completar 30 anos de docência, a pesquisadora Miriam Pillar Grossi conseguiu reunir quase 10 mil pessoas, a maioria mulheres, em um evento organizado em agosto na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Um número surpreendente, principalmente se comparado à primeira edição do Fazendo Gênero (que neste ano foi co-organizado junto ao Mundo de Mulheres), que teve menos de 100 participantes.

Para Miriam, que é um dos expoentes da antropologia feminista no Brasil, a articulação desse tipo de estudo com o movimento de mulheres voltou a se fortalecer recentemente. Prova disso é a diversidade de perfis que estiveram reunidos em Florianópolis para o congresso: de acadêmicas à ativistas do Brasil, da América Latina, da Europa e até da África.

– Os estudos de gênero compõem um campo muito próximo da realidade, ou seja, da vida das pessoas. E, a partir do teórico-conceitual, é possível se pensar em como viver e buscar melhorias. Ninguém sai de uma disciplina ou oficina de gênero da mesma forma que entrou – sugere.

Filha de uma professora e de um médico, Miriam vivenciou a ditadura na infância vivida no Rio Grande do Sul. Ouvia as discussões dos pais, envolvidos em movimentos de esquerda da Igreja Católica, mas era impedida de reproduzi-las fora de

casa. A formação crítica que a incentivou a estudar, trabalhar e ter autonomia culminou com a escolha pelas ciências sociais e a participação no movimento estudantil. Da universidade federal gaúcha – onde conviveu com pesquisadoras referências na área que escolheria adiante, Maria Noemi Brito e Cláudia Fonseca –, ela foi a Paris para o mestrado e o doutorado. A investigação do “SOS Mulher”, embrião das delegacias da mulher no Brasil, deu base à articulação para a aprovação da Lei Maria da Penha, que cria mecanismos de proteção às vítimas de violências de gênero.

– Esse é um exemplo acabado entre o feminismo da academia, de militância e de Estado – define Miriam.

Ao longo dos 29 anos como professora, ela já orientou o trabalho de mais de 100 estudantes da graduação e da pós-graduação. Também gerenciou projetos de extensão que tinham por objetivo levar os conhecimentos da academia para a comunidade, sendo o exemplos o “Papo Sêrio” e o “Concurso de Cartazes LGBT”, ambos do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (Nigs) que focavam em escolas catarinenses. Atualmente, por meio do Instituto de Estudos de Gênero, que reúne mais de 100 doutoras na UFSC, estuda as políticas públicas voltadas ao gênero e à diversidade. Ainda tem o sonho de criar, na UFSC, a graduação em gênero.

SÍLVIA FOLSTER

O setor de tecnologia é essencialmente masculino, a ponto de 61,6% dos colaboradores serem homens e somente 38,4% mulheres, segundo dados recentes da Associação Catarinense das Empresas de Tecnologia (Acate) em parceria com a Neoway. Mas na Cianet, que foca no mercado de telecomunicações, é uma mulher quem comanda os negócios. Sílvia Folster, 46 anos, é a CEO dessa que é uma das principais empresas da área em SC.

Dominar os termos técnicos, no entanto, não foi a primeira barreira que ela teve de superar para chegar ao topo do ambiente corporativo. Sílvia é fruto de uma família de origem humilde de Palhoça. Não demorou para ela entender que seria necessário esforço para mudar aquela realidade.

– Eu era incomformada, mas não necessariamente revoltada – define.

Tanto que, aos 11 anos, começou a oferecer seus serviços como babá e faxineira para conhecidos, além de dedicar-se aos estudos. Antes de terminá-los, inclusive, contou com a ajuda de uma professora de dança, com quem morou durante o ensino médio e, mais tarde, se tornaria comadre. Mas a gravidez precoce, aos 16 anos, interrompeu por pouco mais de um ano seus planos, já que o pai obrigou-a a casar com o primeiro namorado.

– Hoje vejo que foi a melhor coisa que me aconteceu. Não fosse meu filho, teria desistido dos meus objetivos – conta.

Seis meses depois, Sílvia acabou enviuvando. Sozinha, correu atrás do sustento do herdeiro.

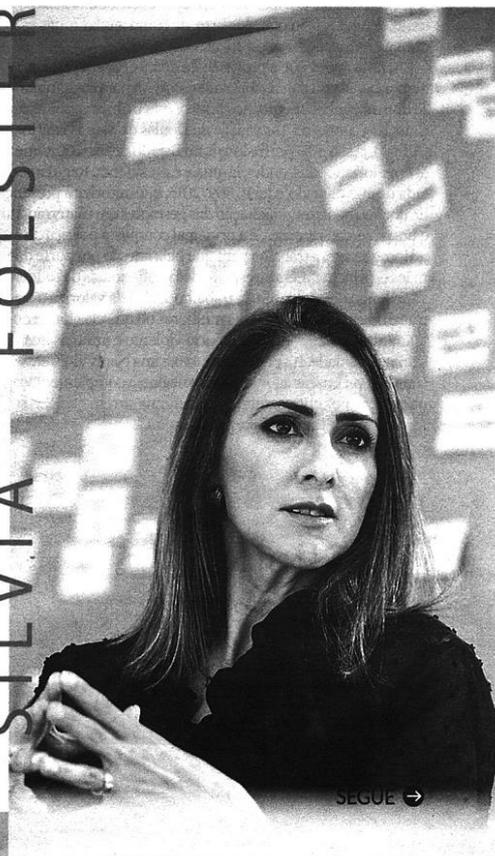
Fez entrevista para uma vaga de recepcionista em uma empresa de tecnologia sem saber nada desse meio. Foi desencorada àquela função, porque “nenhuma mulher parava ali”, conforme lhe dissera o entrevistador. Outro chefe, contudo, incentivou-a a permanecer. Criou um banco de dados próprio para que se familiarizasse ao universo e, da função auxiliar-administrativa, foi para a análise de finanças três anos depois. Com o trabalho, pôde comprar uma casa para os pais.

Por acreditar na própria história e encorajar outras mulheres a terem a mesma trajetória de sucesso, já naquela época mantinha o radar em alerta para currículos femininos.

– Junto de uma psicóloga, contratei mais de 40 mulheres. Mulheres, em geral, respondem muito bem. São persistentes sem serem insistentes, próximas sem serem íntimas. Além de versáteis, multitarefas e sem “mimimi?” – opina.

Sílvia buscou uma graduação em administração e marketing somente com 33 anos. Em 2008, ingressou na Cianet como diretora comercial, onde observou crescimento de 30% em um ano.

O convite para assumir o comando máximo da Cianet veio em 2015. Hoje, a distribuição de funcionários por gênero é igualitária na empresa, sendo que em posições de liderança elas têm vantagem. São três gerentes mulheres contra dois homens. Sílvia garante que também existe equiparação salarial. Mesmo com a prática, rejeita ser chamada de feminista.



GABRIELA ZANELLA

Antes de trazer ao mundo o primeiro filho há 13 anos, Gabriela Zanella preparou-se fisicamente. À época uma estudante de fisioterapia na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), ela privilegiou exercícios físicos que contribuísem para o parto natural. Acabou se esquecendo de fortalecer o aspecto psicológico que também é exigido nesse momento. Apesar da presença do companheiro, sentiu-se sozinha. Também viu os profissionais de saúde injetarem a ocitocina sintética, o "hormônio do parto", e analgésicos para acelerar o nascimento do primogênito.

– Faltou um apoio emocional, de alguém estar ali nos explicando e acolhendo – lembra.

O sentimento de fracasso, apesar de Pedro ter nascido saudável, prevaleceu no puerpério de Gabriela. A fisioterapeuta não se conformava por ter passado por aquele tipo de intervenção farmacológica, mesmo sabendo que poderia ter sido pior. As situações de violência obstétrica também incluem outros procedimentos, como os cortes feitos na musculatura entre a vagina e o ânus. Encorajada pelo próprio obstetra, ela foi atrás de respostas no trabalho de conclusão de curso da faculdade, em 2007. Descobriu uma série de alternativas para alívio da dor no parto, tais como água quente, exercícios específicos e técnicas de respiração, nenhuma delas envolvendo remédios.

– Eu pensava: como é que as mulheres pariam antigamente? Já sentia que nem todas precisavam da analgesia e de outras intervenções drásticas que acontecem. E, lendo sobre isso em artigos americanos, encontrei o lugar da doula, que aumentava a taxa de sucesso dos partos, principalmente relacionada à satisfação da mulher – conta.

Gabriela gostou tanto do termo e da atuação proporcionada por ele que foi atrás de formação. Em setembro do mesmo ano, tornou-se uma das primeiras doulas de Santa Catarina.

– É um resgate das informações que nós, mulheres, não temos mais. Da fisiologia do parto, de como ajudar umas às outras e se fortalecer nesse lugar – comenta.

Em uma época que a profissão de doula era praticamente desconhecida no país, Gabriela se esforçou para disseminar esse tipo de conhecimento. Aos poucos, viu o objetivo ser alcançado. Nas contas da Associação de Doulas de Santa Catarina (Adosc), já são 400 profissionais no Estado, sendo 100 somente em Florianópolis, onde ela atua e é presidenta. Regulamentada no ano passado, a lei 16.869/2016, que autoriza a presença de doulas mediante solicitação das gestantes em maternidades e hospitais catarinenses, é a principal conquista política do grupo, que agora trabalha para que haja adesão por parte das mães e, principalmente, respeito dos profissionais de saúde.

Ao longo dessa década de trabalho, Gabriela valoriza o trabalho em rede com outras mulheres no que ela chama de "caminho do meio" entre um parto violento e uma cesárea sem necessidade. Inspirada pela mexicana Naolí Vinaver, Gabriela vai buscar agora na enfermagem a complementação na atuação por outras mulheres no momento em que elas se tornam mães. Também quer ser parteira.



FOTOS DIORGENES PANDINI

GABRIELA ZANELLA

Cliniplast
Beauty

www.cliniplasti.com.br

adrianeudorf@yahoo.com.br / cliniplastmr@yahoo.com.br
(49) 3222.1205 - 3223.6764 - 99540.6999

88501-001 - Rua Wal. Deodoro, 836 - 5º Andar - Clínica Ana Carolina - Centro - Lages/SC

Dr. Manoel M. B. da Rosa
Doutor Titular
CIRURGIÃO PLÁSTICO
CRM 2502, RQE-1538
Membro Especialista e Titular da
SBPC - Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica
SLACP - Sociedade Latino Americana de Cirurgia Plástica
ISAPS - International Society of Aesthetic Plastic Surgeons
ASPS - American Society of Plastic Surgeons
SBLMC - Sociedade Brasileira de Laser em Medicina e Cirurgia

Adriana Stock Schneider
CRM 108803
PSICÓLOGA
Clínica e Formação em Terapia Sexual



Cirurgia Estética e Reparadora
Mamas, Lipoabdomenoplastia,
Face, Orelha, Nariz e Pálpebras,
Próteses Glúteo, Mama e Panturrilha,
Microcirurgia, Transplante Capilar,
Depilação a Laser, Remoção de Tatuagens,
Tratamento de Estrias, Celulite, Peeling Co',
Tumores Vasculares, Queimaduras,
Toxina Botulínica, Peellings, Cirurgia Íntima e
Intersexo, Cirurgia de Aumento e Engrossamento
Peniano, Rejuvenescimento e Tratamento
de Doenças Degenerativas com Células Tronco

CAUANE MAIA

Quando ainda vivia em Salvador (BA), Cauane Maia, 35 anos, já vivenciava a música. Ela participava de uma banda mista, na qual eram direcionados às mulheres os instrumentos considerados mais leves. Em terras catarinenses, no ano de 2015, a história mudou: conheceu o grupo Cores de Aidê logo no início da formação para assumir os batuscos do fundo, uma percussão bastante imponente. Outra diferença, que lhe agradou ainda mais, foram as composições próprias sobre mulheres que são cantadas, tocadas e dançadas, principalmente as negras, em relação às quais Cauane se identifica.

– O Cores de Aidê é um lugar de afrontar. É arte, mais do que entretenimento. Exige reflexão. Hoje, podemos dizer que mais de 300 mulheres se modificaram e ainda se modificam por meio do grupo – define.

Para ela, participar da banda garante um diálogo sobre raça e gênero não só com quem já está habituado às temáticas, por meio das rodas de conversa que acontecem mensalmente (uma delas, por exemplo, debateu a violência contra a mulher em rodas de capoeira), mas principalmente entre quem nunca ouviu falar sobre esses assuntos. Isso porque as integrantes da Cores de Aidê levam o samba reggae engajado aos mais variados espaços de Florianópolis.

– A cidade é bem segregada. E nós somos corpos que não estariam em outros lugares cantando e dançando. Por meio da arte, combatemos o machismo e ainda contemplamos o racismo – lembra.

Filha de uma mãe solo que era empregada doméstica na Bahia, Cauane tem formação em administração e ciências econômicas. Chegou até o Estado catarinense por meio de um emprego nessa área, mas acabou enveredando para o campo da pesquisa atraída pelo debate étnico-racial. Hoje, ela investiga na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) as mulheres negras do Pastinho, uma localidade do Monte Cristo, na Capital. Inspirada por Lélia Gonzalez e Jeruse Romão, Cauane faz questão de unir a intelectualidade ao ativismo.

– Minha mãe sempre me situou ao dizer que eu era negra, que tinha cabelo crespo e que não era marrom-bombom. Mas aqui houve um descortinar diferente para o meu entendimento e aceitação enquanto mulher negra. Despertei para o ativismo negro e o Cores de Aidê me dá munição de pesquisa – indica ao citar um episódio em que teria sofrido racismo de uma ex-colega de trabalho.

Na universidade, ela também integra o coletivo Negro 4P. Por isso e pela própria vivência, que faz questão de destacar que ainda não é de privilégio, sustenta que a academia é um espaço de embate constante para negras.

– O que me move é a possibilidade de afetar a outra. De transformar olhares por meio do afeto. Quando estou falando em determinado espaço e vejo olhinhos revirando, gerando desconforto, sinto que cumpri meu papel – indica Cauane, que pretende continuar o estudo interseccional paralelamente à música.

C
A
U
A
N
E
M
A
I
A

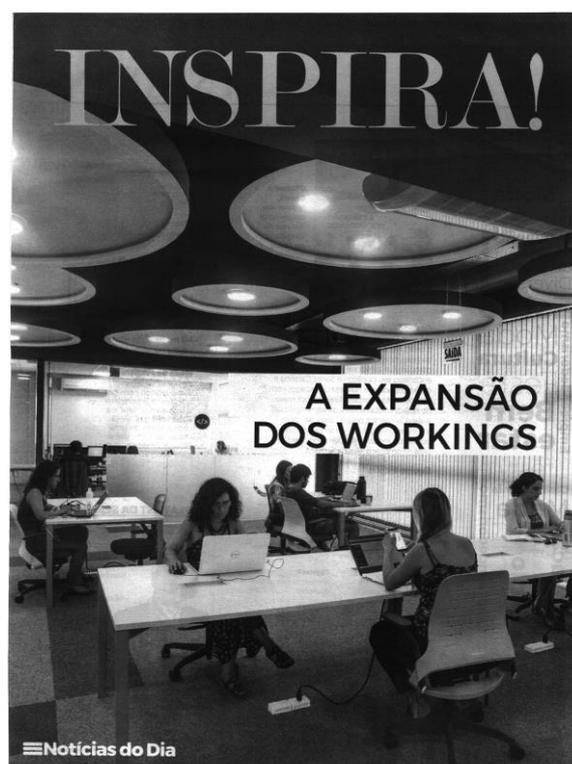


Notícias do Dia
Capa e Inspira
"Alta no compartilhar"

Alta no compartilhar / Florianópolis / Coworking / Workings / Base Coworking / Gabriel Araújo Lauger / Estudante / UFSC

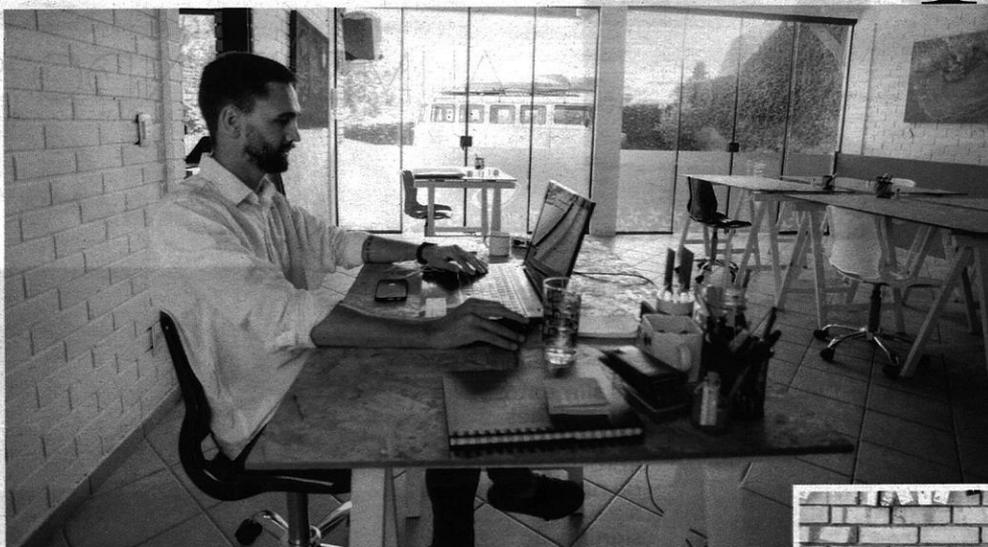


Florianópolis virou a cidade dos espaços de trabalho compartilhados, os coworking. Alguns nem tão novos assim.



Alta no compar

Arquiteto Rodrigo Gheller no Sal, em Santo Antônio de Lisboa. No intervalo, passeio na orla para relaxar



DANIEL QUEROZINO

Coworkings têm um boom em Florianópolis. Só nos últimos dois meses, são quatro novos espaços

KARIN BARROS
Karin.barros@noticiasdodia.com.br

Junta pessoas em uma sala para dividir custos e até mesmo ideias não é algo tão inovador assim, porém, tem acontecido com mais frequência em Florianópolis nos últimos meses. O formato de trabalho chamado coworking – no Brasil até se tentou abrigar o termo, sem sucesso – se espalhou em pouco mais de dez anos para todos os continentes.

Não é possível precisar quem foi o primeiro no mundo, mas o que se tem visto é que a maioria dos empresários “pioneiros” no assunto no Brasil trouxeram a ideia de experiências em viagens para a Europa ou Estados Unidos. Estimativas apontam mais de 10.000 espaços ao redor do mundo. Segundo Fernando Aguirre, cofundador do Coworking Brasil, uma organização que reúne diversos empresários do ramo no país, os primeiros registros comerciais de coworking brasileiro foram em São Paulo. De lá também vem os espaços referências no assunto até hoje, segundo Aguirre, como o do próprio Google, We Work e Spaces.

Em Florianópolis, só na última semana abriram dois novos locais nesse conceito: A Fábrica, no Centro, e o Impact Hub, no Sul da Ilha. Em janeiro também entrou no mercado o Sal Coworking, em Santo Antônio de Lisboa, e o Comadre Cowork, no Santa Mônica. Em um rápido mapeamento nas redes sociais e também baseado no censo elaborado pela Coworking Brasil em 2017, já são mais de

20 pontos na Grande Florianópolis e 40 no Estado, o que coloca Santa Catarina em sexto lugar no ranking de coworkings do Brasil. O mais interessante disso é que com o passar do tempo o cliente não precisará se deslocar ao Centro para encontrar uma sala como essas, mas em seu próprio bairro encontra um local planejado e com diferenciais bem atrativos.

Em Santo Antônio de Lisboa, por exemplo, além da localização privilegiada com um dos pores do sol mais bonitos da Capital, o Sal fica próximo a rodovia SC-401, ao lado do Tisan (Terminal de Santo Antônio de Lisboa), e no caminho da Acate e do Sapiens Parque, ambientes referência para muitas áreas de atuação. No local, que tem piscina e churrasqueira, é possível alugar uma sala ou apenas uma mesa. E assim como a maioria dos coworkings, tem a possibilidade de diárias e mensalidades a partir de R\$ 50. José Alberto Caldeira de Andrada, gestor do espaço, já havia trabalhado em um coworking e foi convidado a transformar uma casa vazia no novo modelo de trabalho. Em breve o local deve incluir uma programação cultural, o que cria uma conexão ainda mais forte do espaço com o bairro onde está hospedado.

O arquiteto Rodrigo Gheller, 27, trabalha no Sal desde sua criação, e valorizou o espaço justamente pela localização, que tem silêncio, ar fresco e um passeio na orla para relaxar a sua disposição a qualquer hora.



DANIEL QUEROZINO



DANIEL QUEROZINO

Ao alto, José Alberto, do Sal. Acima, Rosa Lauger, do Base Coworking, no Itacorubi

tilhar

Rede colaborativa

A Impact Hub tem três filiais na Grande Florianópolis, sendo uma na SC-401, outra na Pedra Branca, e a mais recente, no Sul da Ilha. O espaço não se classifica apenas como coworking, sendo uma rede global de empreendedores com mais de cem espaços físicos no mundo. Criada em Londres em 2005, o segundo Impact Hub do mundo foi em São Paulo. Em Florianópolis, a empresa está desde 2015 focada também em cursos e programas de inovação.

O negócio da Impact, segundo Márcio Cabral, gestor do espaço no Sul da Ilha, é emitir sinal para ações ligadas a impacto sócio-ambiental, que "solucionem problemas reais da humanidade". Por isso, as bases estão relacionadas à tecnologia, designer, redação, propaganda e arquitetura.

Em três anos de funcionamento, Cabral tem visto o aumento na procura pelo formato, e mais que isso, tem visto empresas inteiras migrarem para estas estruturas. "Eles dizem que a questão financeira se equilibra para times grandes, mas tem o ganho de desenvolvimento, cultura", diz o empresário sobre as relações que são geradas em um ambiente compartilhado.

Cabral explica que na prática, o coworking tem gerado cinco horas de mentoria gratuita por mês entre os clientes, e que 50% dos negócios que ocorrem nele têm influência direta com a rede da Impact. "Praticamente todas as ofertas e necessidades podem se suprir dentro da própria rede", diz. Atualmente, a Impact conta com 350 membros em três unidades, mas almeja 600 até o final de 2018, e até 2020 querem alcançar o número de mil pessoas.

R\$ 2 milhões em 2016

Para a maioria das pessoas que procura um coworking para trabalhar, a experiência é nova, visto que o modelo é relativamente novo no Brasil. Até mesmo a forma como a sociedade é construída dificulta o entendimento do funcionamento, segundo Fernando Aguirre, da organização Coworking Brasil. "Vimos de uma sociedade muito de propriedade, e na última década estamos fazendo uma migração para um modelo econômico de ter acesso às coisas, de compartilhamento", explica.

O mercado brasileiro seguiu uma tendência um pouco atrasada do mercado internacional, que, de acordo com Aguirre, teve um boom há dois anos. "O que impulsionou o aumento de coworkings foi o crescimento do mercado em geral. Tem mais pessoas conhecendo o conceito, o que gera mais demanda", acrescenta ele.

De acordo com o censo da Coworking Brasil 2017, em Florianópolis, os coworkers movimentam mensalmente quase 5.000 pessoas para trabalhar e participar de eventos. Na geração de empregos, foram quase cem contratos diretos e 50 indiretos, além de um faturamento declarado em 2016 de R\$ 2 milhões.



Comadre Cowork, aberto recentemente, tem 14 salas privadas e mesas para até 48 pessoas

Lado bom da crise

Há quatro anos também funciona no Itacorubi o Base Coworking, uma sociedade de mãe e filho, Rosa e Gabriel Araújo Lauger, que deu certo. O espaço fica no meio do bairro, por isso, uma das vantagens é o estacionamento fácil. O coworking foi desenhado dentro de uma casa, com copa e várias salas para os clientes. Com área externa, também é possível fazer eventos e reuniões ao ar livre. A ideia foi de Gabriel, estudante da UFSC, que viu no compartilhamento de ideias uma chance de ir além. Rosa acredita que a crise no país ajudou no crescimento do coworkings, por causa da pouca burocracia - ou quase nenhuma - no contrato e do custo baixo.

Há dois meses, no bairro Santa Mônica, o Comadre vem sentindo o mercado. Com proporção estrutural de gigante, em quatro andares de empresa, eles proporcionam 14 salas privadas para até 16 pessoas além das mesas fixas e rotativas para até 48 pessoas. Segundo a assistente administrativa, Andressa Fernandes, quem tem procurado mais o local são designers, engenheiros, arquitetos e empresas juniores, já que ficam localizados entre as duas universidades públicas do Estado.

Na Comadre, as salas para número maior de pessoas locaram com mais facilidade, o que mostra também o movimento das micro e pequenas empresas para dentro de espaços como os coworkings.

Arthur Lawrence Xavier, Antônio Schappo e Júlia Prado, sócios do A Fábrica Working Bar



CONHEÇA ALGUNS COWORKINGS:

- Comadre Cowork, av. Madre Benvenuta, 1.313, Santa Mônica, Fpolis 232, Itacorubi, Fpolis
- Impact Hub, no Multi Open Shopping, rodovia Dr. Antônio Luiz Moura Gonzaga, 3.339, Rio Tavares, Fpolis
- Sal Coworking, rua Deputado Walter Gomes, 15, Santo Antônio de Lisboa, Fpolis
- A Fábrica, travessa Albertina Ganzo, 33, Centro, Florianópolis
- Base Coworking, rua Itabira,

Diário Catarinense e A Notícia
Caderno Nós

“Proibida, mas ainda presente”

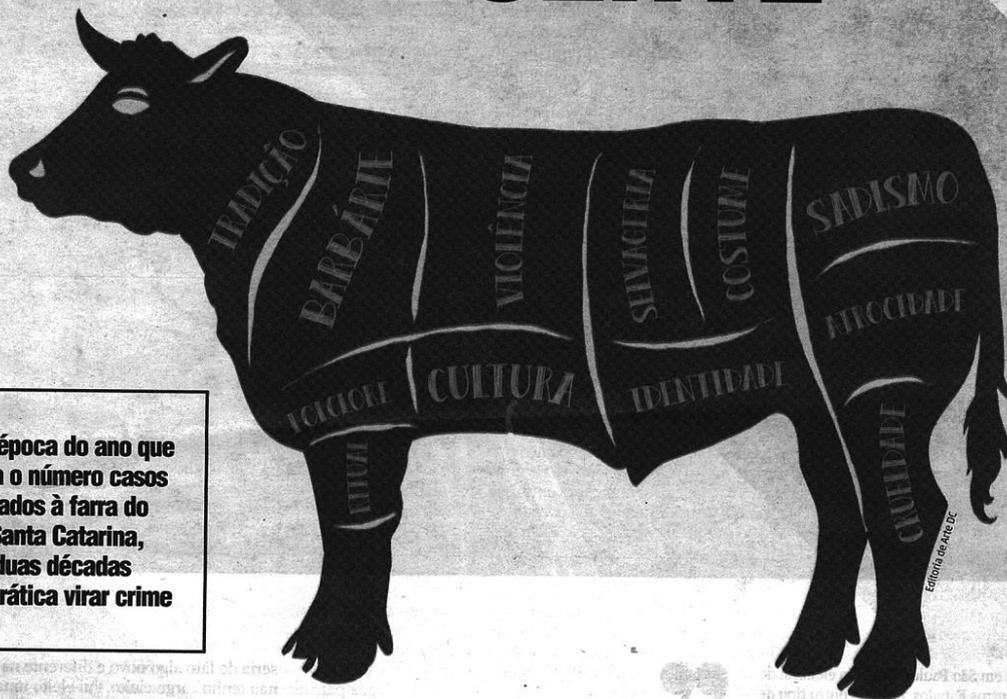
Proibida, mas ainda presente / Crime / Farra do Boi / Santa Catarina / Quaresma / Litoral catarinense / Maus tratos / Lei de Crimes Ambientais / Campanhas de conscientização / PM / Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina / Cidasc / Ministério Público / MPSC / Paulo Antonio Locatelli / Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente / Associação Catarinense de Proteção aos Animais / Acapra / Eliete Leal / Semana Santa / Imigrantes açorianos / Boi-na-vara / Tourada-a-corda / Joi Cletison / Núcleo de Estudos Açorianos / NEA / UFSC / Halem Guerra Nery / Instituto Ambiental Ecosul / Tradição / Açores / Maria da Graça Dutra / Proteção animal

REPORTAGEM

**MESMO DUAS DÉCADAS
DEPOIS DE VIRAR
CRIME, AINDA HÁ
REGISTROS DE FARRA
DO BOI NO ESTADO**

PÁGINAS 6 E 7

PROIBIDA, MAS AINDA PRESENTE



É nesta época do ano que aumenta o número casos relacionados à farra do boi em Santa Catarina, mesmo duas décadas após a prática virar crime

EMERSON GASPERIN
emerson.gasperin@somosnsc.com.br

Assim como a alta no consumo de peixe e a comparação de preços entre ovos de chocolate, é certo que durante a Quaresma haverá farra do boi no litoral catarinense. Tradição, invocam alguns. Barbárie, acusam outros. Para a Justiça, crime. "Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos" dá detenção de três meses a um ano e multa. A pena pode ser maior se associada à desobediência a ordem de autoridade, danos ao patrimônio público e perigo à vida ou à integridade física de terceiros.

Dois décadas enquadrada pelo artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais e uma série de campanhas de conscientização depois, o crime travestido de brincadeira continua encontrando adeptos nas regiões do Estado colonizadas por açorianos. Em 2017, a PM registrou 140 ocorrências, aumento de 2,56% em relação ao ano anterior. O número de pessoas conduzidas à delegacia disparou de três para

38. Foram recolhidos 14 animais pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), contra 11 em 2016. E os confrontos com policiais saltaram de cinco para nove.

Neste ano, as forças de segurança preparam cercos em locais específicos e prometem olhos abertos para coibir a farra do boi. Conforme disse ao Jornal de Santa Catarina o comandante do 12º Batalhão de Polícia Militar em Balneário Camboriú, tenente coronel Evaldo Hoffmann, fiscalizações serão realizadas na zona sul do município e em Bombinhas, Porto Belo e Itapema. O reforço policial, presente na costa até 2 de abril por causa da Operação Veraneio, vai ajudar nessas ações. O oficial adianta ainda que a corporação monitora casos de exaltação ao crime na internet para impedir que a farra do boi aconteça e capturar o animal.

O Ministério Público (MPSC) também está envolvido. Segundo o promotor Paulo Antonio Locatelli, coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, a atuação se dá em duas frentes: preventiva, com concursos de redação nas escolas; e repressi-

va, com o encaminhamento dos termos circunstanciados ou inquéritos policiais aos promotores, que oferecem as ações penais ou denúncias. Outra iniciativa é buscar, nas leis de cidades como Navegantes, Itajaí, Governador Celso Ramos, Florianópolis, Garopaba e Tijucas, dispositivos que obriguem as prefeituras a ter alguma política pública, no mínimo uma estrutura, para recolhimento de animais abandonados de qualquer porte.

Mas, alertam as autoridades, é fundamental o engajamento do cidadão – principalmente entre o Carnaval e a Páscoa, época em que farras ocorrem de forma mais corriqueira. "Mangueirões" (espécie de coliseus rústicos), transporte irregular de animais e bois sem brincos de identificação da inspeção sanitária devem ser denunciados.

– O problema é que o preso logo é solto. A maioria das penas é convertida em pagamento de cestas básicas ou serviços. Falta vontade política para acabar com a farra, ninguém quer correr o risco de perder voto na próxima eleição – lamenta a presidente da Associação Catarinense de Proteção aos Animais (Acapra), Eliete Leal.

PRESSÃO AUMENTOU COM OS NOVOS MORADORES DE SC

O costume de correr e brincar com o animal na Semana Santa, depois matá-lo e repartir a carne entre os participantes, foi trazido para SC por imigrantes açorianos que chegaram a partir de 1748.

De aço. Jo com o livro *Bom para Brincar, Bom para Comer – A Polêmica da Farra do Boi no Brasil*, do antropólogo Eugênio Pascale Lacerda, trata-se de do boi-na-vara, herança da tourada-a-corda que realizavam na terra de origem. Havia ainda manifestações folclóricas como boi-no-campo, boi-no-mato e boi-no-aramé, todas com a mesma finalidade. “A farra coloca em foco um vocabulário de temas e emoções como a morte e a violência, o desejo e o medo, a invulnerabilidade e a sua demissão, o riso e a excitação. Os farristas vão à farra para ver o que acontece com eles mesmos, isto é, para ver o que acontece quando uma pessoa habitualmente séria, discreta e pacata se vê desafiada, atacada, invadida e corrida por um animal bravo, tendo atrás uma pequena multidão”, escreve o autor com base em depoimentos coletados nas festas das quais participou em 1993, quando morou em Bombinhas para estudar o assunto.

É difícil, até para especialistas, precisar o momento em que um ritual tido como tra-

dicional descambou para a atrocidade. Desde a década de 1980, porém, com a invasão turística do litoral e a expansão urbana, as farras ganharam visibilidade. Antes de conhecimento e fruição quase que exclusivos dos nativos, o que era encarado como expressão típica da cultura popular passou a ser repudiado por veranistas que se tornaram moradores. De folguedo que despertava o interesse somente da população local e de pesquisadores, tornou-se alvo do Judiciário, de organizações ambientais, da Igreja e até da psicanálise.

– Para começo de conversa, o nome farra do boi é uma generalização criada no eixo Rio-São Paulo, que nem sabia direito do que estava falando. Era coisa de gente humilde, simples, de paz. Virou batalha campal com a polícia. Ninguém é a favor da violência – afirma o historiador Joi Cletison, do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) da UFSC.

Em 1988, reportagem despachada de Florianópolis por Fernando Gabeira (sim, aquele mesmo) para O Globo mencionava orelhas cortadas, olhos furados e escoriações pelo corpo do boi. No mesmo ano, a Folha de São Paulo publicava artigo no qual diagnosticava que “serrar a perna de um garrote vivo é, inequi-

vocamente, um ato de castração que só move aqueles que duvidam da própria virilidade”. Em 1991, ensaio da renomada psiquiatra Nise da Silveira no *Jornal do Brasil* condenava homens se divertindo “com o sofrimento de seres sem culpa, atirando-lhes pedras, mutilando, cegando, inventando toda sorte de práticas sádicas”.

– Antigamente, não era tão sangrenta nem tinha tanta bebida. Hoje está mais para farra do álcool, com todos bêbados maltratando o boi. Quebram o chifre, enfiam pedaços de pau no ânus dele, amarram os testículos, vazam os olhos. Parece que descontam suas frustrações em cima do pobre bicho. Isso não é cultura, é primitivismo, atraso – diz a ex-promotora Eliete Leal, manezinha, 76 anos, aposentada há 23.

A Acpra foi criada em 1981 justamente para combater a farra do boi, conta um de seus fundadores, Halem Guerra Nery. Atualmente à frente do Instituto Ambiental Ecosul, o ex-administrador de empresas gaúcho transferido para Florianópolis para trabalhar na Eletrosul lembra que no início os integrantes da associação eram chamados de “etnocidas culturais” pelos defensores do crime. Mal sabia ele que o embate iria ganhar muitos con-

AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM ESCOLAS FIGURAM NO PAPEL

Em 1987, o governo de Pedro Ivo Campos montou um grupo de trabalho para propor soluções que inibissem a farra. Entre os 22 representantes da segurança, educação, cultura, meio ambiente, turismo e comunicação que formavam a equipe, Nery foi convidado a participar em nome da Acpra, então presidida por ele. Na avaliação do ativista, a experiência “poderia ter entrado para a história, mas pelo desinteresse e falta de continuidade que permeia as administrações públicas, depôs contra os dirigentes da época e aqueles que lhes sucederam”.

O relatório do grupo, concluído no ano seguinte, recomendava a adoção pelo ensino público de ações relacionadas à proteção aos animais e às festividades tradicionais, como a

inclusão de educação ambiental no currículo e promoção de gincanas e concursos. Segundo Nery, todas as sugestões da Acpra entraram nas diretrizes encaminhadas ao governo – e foram prontamente aprovadas pelo Executivo e pela Assembleia Legislativa (Alesc). No entanto, jamais saíram do papel.

– O MP está fazendo algo parecido agora. Mas, se a partir de 1988 programas de formação de valores para o respeito a todas as formas de vida tivessem sido implantados nas escolas, hoje teríamos menos uma ou duas gerações de farristas – acredita.

Em 1997, após muito debate e pressão, o Supremo Tribunal Federal proibiu a prática. Apesar de a mais alta corte do país ter interpretado que a farra é “intrinsecamente cruel”,

para Cletison, do NEA, “não se acaba com uma tradição por decreto”. Pelo contrário: no entendimento dele, “cada vez acontece mais, de maneira clandestina, fora da Quaresma, com o boi transportado em condições precárias e nenhuma segurança aos participantes”.

Houve também tentativas de regulamentação por meio de projetos na Alesc em 2000 (vetado pelo governador Esperidião Amin) e em Governador Celso Ramos em 2007. Na cidade líder em ocorrências, a farra foi regularizada, rebatizada como “brincadeira do boi” e considerada patrimônio cultural. Em caso de excessos ao animal e ferimentos a terceiros, o organizador seria responsabilizado. A pedido do MP, contudo, o Tribunal de Justiça (TJ-SC) suspendeu a aplicação da lei municí-

TENTATIVAS DE RESGATAR E REGULARIZAR A PRÁTICA

O veto judicial não sepultou a ideia de normatizar a farra do boi – como, explica Cletison, nas touradas a corda dos Açores. Na Ilha Terceira, uma rua é fechada com autorização do poder público, os organizadores pagam taxa de seguro e tem de haver veterinários de plantão, assim como policiais. São quatro touros. Cada um pode correr 20 minutos, depois é substituído por outro, com intervalo de meia hora. Depois, esses touros voltam a seus locais de criação e só podem participar de uma nova tourada uma semana depois.

– Por que a farra do boi é proibida e a vaquejada e os rodeios são permitidos, com patrocínio de grandes cervejarias e tudo? – provoca o historiador.

A proposta defendida por Cletison consis-

te em autorizar a brincadeira em uma rua ou em campo fechado, com proteção às casas. Haveria também quatro animais, meia hora de corrida para cada, com monitoramento de associações de defesa dos animais junto. Nery, do Ecosul, duvida da possibilidade de isso dar certo, pois “teria que convencer o STF de que não ocorreria violência contra o animal, as pessoas e o patrimônio”.

– As touradas na Espanha também são questionadas. Só não acabaram porque movimentam muito dinheiro, enquanto a farra do boi degrada a todos que dela participam. Golpeando o boi, estão exorcizando frustrações, penúrias, salários baixos – completa a vereadora Maria da Graça Dutra (PMDB), eleita para a Câmara de Florianópolis com a

bandeira da proteção animal.

As opiniões conflitantes convergem em um ponto: a farra do boi, como acontece hoje, guarda muito pouco de tradição. Ou, como define Eliete, da Acpra, “virou agressão ao animal, à polícia e aos farristas”. No caso do Estado, também prejuízo. Condenado em 1999 a pagar R\$ 500 por dia por não cumprir a decisão do STF de proibi-la, limitando-se a “coibir os abusos decorrentes de sua prática” no entendimento da Justiça, o governo catarinense recorreu. Em 2006, saiu a sentença definitiva: culpado. A multa passa de R\$ 1 milhão e está na fila de precatórios. Quando saldada, irá para o Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados, administrado pelo MP.

Notícias do Dia Estado "Para perpetuar a história"

Para perpetuar a história / Hemeroteca / Digitalização / Periódicos / Hemeroteca Digital Catarinense / Alzemi Machado / Jornal / Zero / Curso de Jornalismo / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / João Crisóstomo Paiva / 1º Seminário Estadual da Hemeroteca Digital Catarinense / Biblioteca Pública do Estado

14/15.Estado NOTÍCIAS DO DIA FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 3 E 4 DE MARÇO DE 2018

Para perpetuar a história

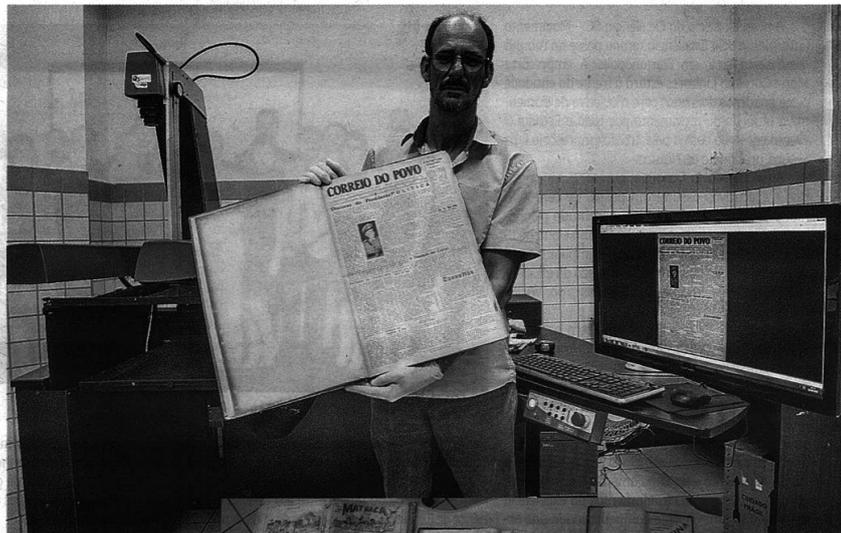
Hemeroteca já assegurou a digitalização de 36 mil edições de periódicos dos séculos 19 e 20

PAULO CLÓVIS SCHMITZ
pc@noticiasodia.com.br

Em tom de ameaça, um dono de terras de Jaraguá do Sul proibia, em anúncio publicado no "Correio do Povo" de 8 de janeiro de 1921, que invadissem sua propriedade, ranchos e plantações. "Armei laços e mundéus e não me responsabilizo (grafia da época) por qualquer dano causado" era a frase que concluía o reclame. Esta é apenas uma das preciosidades que os jornais de um século atrás traziam em suas páginas, onde se mesclavam notas locais, anúncios de açougues e remédios, textos de fundo político-partidário e até sonetos que abriam a capa, ao lado de notícias sobre um terremoto na Albânia ou os milhares de refugiados famintos que perambulavam pela Europa depois do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Quem tem a tarefa de digitalizar jornais antigos pode topa com esse tipo de conteúdo e, se for um interessado por cultura e história, deliciarse com descobertas relativas ao modo de pensar, agir, comportar-se socialmente ou comprar brigas com os desafetos e adversários daqueles anos – bem diferente e ao mesmo tempo semelhante à guerra surda das nossas redes sociais. É o caso do bibliotecário Alzemi Machado, 32 anos de serviços prestados ao governo e responsável, com uma pequena equipe da Biblioteca Pública do Estado, pela digitalização de 36 mil edições de periódicos catarinenses dos séculos 19 e 20. As 220 mil páginas já salvas e arquivadas são o resultado de muitas jornadas – em cinco horas, até 800 arquivos podem ser transferidos para o formato digital. Assim vem ganhando forma e corpo a Hemeroteca Digital Catarinense, acessível a todos os interessados pelo site www.hemeroteca.ciasc.sc.gov.br.

O "Correio do Povo", o mais antigo jornal em circulação no Estado (foi criado em 1919), teve o primeiro lote da digitalização entregue na semana passada na cidade de Jaraguá do Sul. Até o início dos anos de 1940, período do Estado Novo, quando começou a perseguição aos descendentes de alemães, o periódico tinha um suplemento e parte dos anúncios na língua de Goethe. "Este jornal teve e tem grande importância, porque traz a memória da cidade e região, com aspectos de sua economia, política e cultura", diz Machado. O mesmo vem sendo feito com o "Correio do Norte", criado em 1947 em Canoinhas, com o "Correio Lageano", de Lages, e com "O Estado" e "A Gazeta", de Florianópolis. ●



FOTOS: MARCO SANTICÓRNO

Alzemi Machado mostra uma coleção que foi digitalizada



Jornais de diferentes épocas fazem parte do acervo da biblioteca

Jornais com fortes vinculações políticas

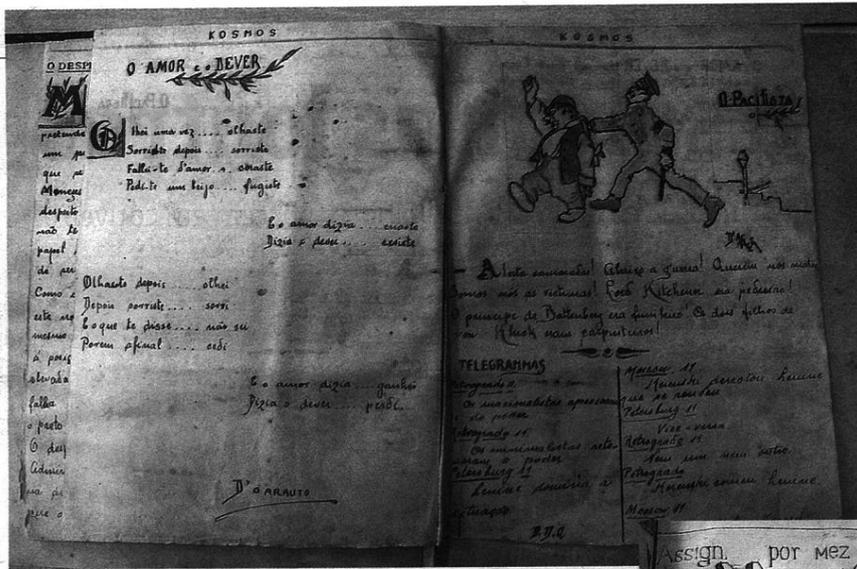
Uma passada de olhos pelo material do "Correio do Povo" no site da hemeroteca permite descobrir, por exemplo, que já em 1930 havia reclamações com o elevado preço da gasolina – "hoje, um artigo de primeira necessidade", segundo o periódico. Aquele, aliás, foi um ano atípico, cheio, quando Getúlio Vargas marchou sobre o palácio do Catete, no Rio de Janeiro, e destituiu o presidente Washington Luís. Os jornais locais, quase sempre ligados a agremiações políticas, repercutiam esses acontecimentos, carregando nas tintas de acordo com os interesses dos gru-

pos que representavam.

Acusava-se os adversários por "intrigas e falsidades", alimentando as refregas locais em que os principais partidos (UDN/União Democrática Nacional e PSD/Partido Social Democrático) se digladiavam nas câmaras e nas urnas. Foi com um discreto tom de regozijo que o "Correio" noticiou o julgamento de Luiz Carlos Prestes, Pedro Ernesto e João Mangabeira, "cabeças do comunismo no paiz", na edição de 15 de maio de 1937.

Em Canoinhas, o "Correio do Norte" publicou um texto de capa com jeito de editorial

em que defendia os udenistas contra um veículo concorrente a que chamou de "folhetim fascista". O PSD, dizia a matéria, era "aliado dos comunistas", uma acusação que não combinava com a vocação governista do partido de Nereu Ramos. O mesmo jornal criticou, na edição de 2 de maio de 1950, o governo do Estado por descumprir a palavra empenhada de auxiliar financeiramente o ginásio de Canoinhas, ao mesmo tempo em que "malbaratava o dinheiro público" ao conceder CR\$ 30.000,00 a uma companhia de comédias que passou por Florianópolis.



Um caderninho com acontecimentos relevantes

■ Mesmo diminuta, a equipe da Hemeroteca Digital Catarinense quer ir além da digitalização do próprio acervo e de outros que sejam oferecidos por terceiros. Neste sentido, busca empresas, pessoas físicas e instituições detentoras de patrimônios editoriais e patrimoniais de periódicos para que disponibilizem esse material, garantindo a sua conservação. O trabalho é longo, árduo, braçal, exposto os profissionais ao contato com a acidez e as patologias do papel. O mais importante jornal de Santa Catarina, "O Estado" está digitalizado de 1915, ano de sua criação, até 1955, faltando o longo período até 2008, quando deixou de circular. Em compensação, 98% dos

jornais de século 19 estão digitalizados e disponíveis para consulta, pesquisa e transferência de arquivos.

Também são metas da equipe publicar um catálogo ilustrativo do acervo de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado e realizar uma exposição com capas de jornais manuscritos e escolares já editados em Santa Catarina. Em setembro, em Lages, vai acontecer o 1º Seminário Estadual da Hemeroteca Digital Catarinense.

Alzemi Machado tem o hábito de anotar as coisas que mais chamam a sua atenção, mesmo sem tempo para se deter na leitura de cada página que digitaliza. Em seu caderninho estão, por exemplo, datas em que fatos relevantes foram noticiados, como a inauguração do cine São José, em Florianópolis, em 1954, e a abertura da célebre Confeitaria do Chiquinho, na rua Felipe Schmidt,

na primeira década do século 20. "Pelos jornais, podemos saber como eram as cidades muitos anos atrás, totalmente horizontais, as alterações da arquitetura urbana, os tipos de vestuário, as modas e os valores de épocas diferentes", diz o bibliotecário. Também chamou sua atenção que há jornais em que os exemplares publicados durante os primeiros anos da ditadura não fazem parte do acervo da biblioteca.

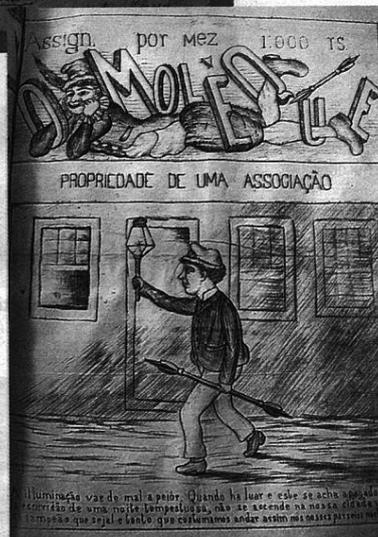
O porteiro que salvou o acervo da casa

■ A digitalização de jornais extintos ou ainda em circulação é o único programa que aproxima a Biblioteca Pública do Estado dos catarinenses que não residem na Grande Florianópolis. "Ela é confundida com uma biblioteca municipal, e esta é a primeira ação estadualizada da instituição", diz o bibliotecário Alzemi Machado. Fruto de parceria com o IDCH (Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas), da Udesc, a Hemeroteca Digital Catarinense trabalha desde novembro de 2013 no armazenamento e disponibilização de títulos para consulta pública – hoje, eles já são 815. Relatório recente mostra que no segundo semestre de 2017 o site foi acessado por pessoas de 164 cidades do Estado e por 150 estrangeiros de 22 países.

Jornais do século 19, como o pioneiro "O Catharinense", de 1831, "Regeneração" (1868/1883) e "O Moleque" (1885), assim como "A Republica", importante veículo do Partido Liberal Catarinense que circulou entre 1889 e 1937, podem ser consultados mediante busca pelo título do periódico ou pela cidade em que estavam sediados. O mesmo vale para

o atualíssimo "Zero", do curso de Jornalismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), criado em 1982. Um convênio permitiu que a série "Blumenau em Cadernos", lançada em 1957, tivesse a digitalização autorizada. A um clique está também "O Clarão", jornal anticlerical que circulou entre 1911 e 1918 e que se definia como "um órgão de combate legalmente constituído".

Alzemi Machado se interessou muito pela história de um porteiro da Biblioteca Pública chamado João Crisóstomo Paiva, que no final da década de 1920 se mobilizou para impedir que o então diretor acabasse com a coleção de jornais do século 19 em posse da casa. Primo de Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva (o arcepreste Paiva), ele conseguiu evitar o fim do precioso material, no que contou com a ajuda do professor e historiador José Boiteux, fundador e ex-presidente do IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina). Ele foi porteiro da biblioteca durante 23 anos e era citado pelo escritor Carlos da Costa Pereira, diretor da instituição nas décadas de 1940 e 1950, como o responsável pela salvação do acervo.



Jornais manuscritos (acima) e "O Moleque", de Cruz e Sousa, fazem parte da hemeroteca

Notícias do Dia
Capa e Esporte
"Puxa, senão ela foge"

Puxa, senão ela foge / Flag football / Jogo / Touchdown / Florianópolis / Desterro Atlantis / Universidade Federal de Santa Catarina / Gabriela Bankhardt / Curso de Jornalismo / Estudantes / Ariane Maia / TCC / Trabalho de Conclusão de Curso / Leonardo Lorenzoni / Bruna Ritscher



Puxa, senão ela foge

Conheça o flag football, esporte que tem uma atleta da Capital bem cotada para disputar o mundial pelo Brasil

DIOGO MAÇANEIRO

Especial para o Notícias do Dia

Cinco de um lado, cinco do outro. Frente à frente. Protetores bucais, cintas com uma tira de tecido de cada lado da cintura, posicionamento, estratégia definida com os técnicos de defesa e ataque, jogada traçada numa "cola" nos punhos, bola – oval – nas mãos da *center* e a *quarterback* à espera do *snap* para dar sequência à jogada, que pode ser um lançamento para a *wide receiver* ou uma corrida pelo field em busca de um *touchdown*.

Não entendeu? Estamos falando do *flag football*, uma variação do futebol americano. O objetivo do jogo também é fazer um *touchdown* (cruzar todo o campo do adversário com a bola). A diferença é que ao invés do ataque ao corpo do adversário, a defesa tenta parar a jogada puxando uma das flags (fitas) presas à cintura das adversárias.

Florianópolis tem a sua equipe feminina em ação desde 2016. As meninas do Desterro Atlantis treinam duas vezes por semana na praça Breno Pinheiros Valadares, no bairro Santa Mônica, e estão atrás de novas jogadoras para entrar no elenco para a temporada. Tanto que nesta segunda será disputado o *try-out*, uma seletiva, no local, a partir das 20h30. Atualmente, elas são 18 jogadoras.

A equipe surgiu nos arredores da Universidade Federal de Santa Catarina, de onde a maioria das atletas e ex-jogadoras foi – ou é – aluna. Uma delas é a *quarterback* Gabriela Bankhardt. A jornalista recém-formada de 22 anos está entre as 32 convocadas que disputarão um dos 15 lugares na seleção brasileira para jogar o mundial do Panamá, no começo de agosto. A indicação foi feita pelas próprias colegas de equipe. "Essa convocação já é uma grande vitória. Eu não imaginava que poderia chegar até aqui. Cada indicação foi uma surpresa. Quando o nosso time recebeu o convite para indicar uma atleta, eu fiquei surpresa quando fui escolhida.", celebra. Desde o ano passado ela participa de vários "camps", uma espécie de períodos intensivos de treinamento com a comissão técnica do Brasil. O próximo, e decisivo, será este mês, em São Paulo.

Ao lado da *widereceiver* Ariane Maia, a Arika, Gabriela fez o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) de Jornalismo sobre o flag. "A gente estava em projetos distintos, que não deram certo. Ai com a possibilidade de ir até São Paulo e participar do camp ficou mais fácil de fazer", explica Arika. ●



FOTOS MARCO SANTACONAN

Gabriela Bank, quarterback do Atlantis, é cotada para a seleção brasileira de flag

Modalidade não era a primeira opção

Tanto Arika como Bank (abreviação do sobrenome e nome inscrito na camisa às costas de Gabriela) praticavam outros esportes na faculdade antes de conhecer o jogo das fitas. Por coincidência, ambas jogaram handebol e vôlei, mas acabaram desistindo ao se apaixonarem pelo flag football – muito por influência de amigos. "Eu andava bastante

com o pessoal que iniciou o time, o Léo [Leonardo Lorenzoni, ex-jogador do Istepós e fundador do Ghosts, time de flag masculino de Floripa, da Gabe [de Toni, ex-jogadora e atualmente jornalista na Chapecoense] e a Bruna [Ritscher, fundadora do Atlantis]. Eles começaram o time e me chamaram. Eu tinha conhecido o futebol americano há pouco tempo. Sabia bem pouco mas achava interessante. Fui num treino e gostei bastante e foi tudo diferente do que eu já tinha praticado e comecei a ir, afirma Arika.

"O flag representa parte da minha vida, se tornou um sonho e uma conquista muito grande. Pretendo praticar até quando meu corpo permitir", conclui a Gabriela.

Colegas de time e de profissão; as jornalistas Ariane e Gabriela fizeram o TCC juntas



Glossário

A nomenclatura do flag football

- **Center:** jogadora que faz o snap
- **Snap:** lançamento da bola para trás para começar o jogo
- **Quarterback:** a jogadora que lança a bola ao ataque
- **Wide receiver:** recebedora da bola no ataque
- **Field:** campo
- **Touchdown:** O objetivo do jogo. Quando uma jogadora ultrapassa todo o campo adversário: vale seis pontos.

Notícias do Dia
Fabio Gadotti

“As cidades foram desestruturadas”

‘As cidades foram desestruturadas’/ Ermínia Maricato / Aula magna / Florianópolis / 40 anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo / UFSC

“AS CIDADES FORAM DESESTRUTURADAS”

Professora da USP e uma das maiores especialistas em desenvolvimento urbano no Brasil, a professora Ermínia Maricato profere uma aula magna nesta segunda-feira, em Florianópolis, para marcar os 40 anos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Na terça, lança o Manifesto BR Cidades, do qual é uma das coordenadoras nacionais. Ermínia foi secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1992 e secretária-executiva e ministra interina do Ministério das Cidades, entre 2003 e 2005, no governo Lula. Antes de cumprir a agenda na Capital catarinense, ela conversou por telefone com a coluna.●

Erminia Maricato ■

especialista em desenvolvimento urbano

O que considera mais importante discutir sobre o futuro das cidades?

No período pós-ditadura, tivemos movimentos sociais fortes e um círculo virtuoso. Mas depois as cidades brasileiras foram completamente desestruturadas. A população pobre não tem atenção nem do Estado nem do mercado, e acaba ocupando áreas de preservação ambiental por falta de alternativas. Tivemos uma expansão horizontal, que desestruturou a possibilidade de construir cidades sustentáveis. A população carente foi deslocada para fora da malha urbana. Além disso, o transporte coletivo é absolutamente precário no Brasil. Os últimos anos foram muito ruins para nossas cidades. Perdemos o protagonismo dos governos municipais.

Em que sentido?

Na década de 1980, fiz parte do governo Luiza Erundina e ficamos famosos no mundo por causa das políticas públicas implantadas. Tem também o corredor de ônibus de Curitiba, que repercutiu. O Estatuto das Cidades virou modelo para o mundo. Temos, portanto, uma legislação que é modelo e que fala, por exemplo, da função social da propriedade. Mas costumamos dizer que o Judiciário desconhece essa legislação urbana avançada, que coloca, entre outras coisas, os pedestres e os ciclistas como prioridade.

**Diário Catarinense e A Notícia
Conexão Econômica
"UFSC inaugura"**

UFSC inaugura / Universidade Federal de Santa Catarina/ Perini Business
Park / Joinville

UFSC INAUGURA
A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA
INAUGURA NA SEGUNDA-
FEIRA O CAMPUS NO PERINI
BUSINESS PARK, EM
JOINVILLE. VAI OCUPAR
13 MIL METROS QUADRADOS,
ABRIGANDO SALAS DE AULA,
LABORATÓRIOS E DEMAIS
ESPAÇOS PEDAGÓGICOS PARA
ALUNOS E PROFESSORES DOS
CURSOS DE ENGENHARIA QUE
OFERECE NA CIDADE.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

03/03/2018

[A poesia religiosa de John Donne](#)

[Atrasado, boom no mercado de coworkings em Florianópolis apresenta crescimento](#)

04/03/2018

[Ribeirinhos do Carahá: Inundações fazem parte da vida do lageano](#)